

# A Comunicação criadora do Evangelho

**Emilio Monti**

Para os cristãos existe uma só instância histórica na qual se deu uma total identificação com uma total transcendência: a cruz de nosso Senhor Jesus Cristo. Em toda outra instância humana a identificação não pode dar-se sem compromisso, o que implica em contradições. É neste marco contraditório que se realiza a comunicação do Evangelho. Portanto, não pode haver comunicação sem compromisso, e não pode haver compromisso sem contradição.

Em toda comunicação há uma dimensão horizontal que é precisamente a que torna possível a comunicação. Esta é a condição objetiva, limitada pela linguagem, que é a forma socialmente institucionalizada da palavra e que reflete a ideologia dominante do sistema. Nessa dimensão, porém, insere-se uma dimensão vertical que é a condição subjetiva da comunicação. Essa dimensão afunda-se na história pessoal e comunitária de quem comunica, apresentando-se como sua mensagem distintiva. O que se comunica, a mensagem, resulta para o homem em compromisso entre ambas as dimensões. Na pregação do Evangelho a mensagem, da qual a tradição e a comunidade cristã são depositárias, se apresenta nessa dimensão vertical, procurando expressar-se dentro dos limites da linguagem que lhe é dada.

Mas quando falamos de mensagem e de palavra não estamos falando apenas de formas significantes, mas também de seus significados e das realidades que dão sentido a esses significados. E ainda, por trás dos significados, nos referimos a ações concretas que os fundamentam. Por esta razão, a comunicação criadora é aquela comunicação que consegue transformar as palavras numa ação que diz respeito à realidade; uma comunicação que, mesmo utilizando as formas da linguagem socialmente institucionalizada — porque não poderia ser de outra maneira — questiona essa linguagem, introduzindo uma palavra fundamentada por uma praxe que contradiz a praxe sustentadora da palavra do sistema estabelecido. Isso acontece quando a condição subjetiva do que acabamos de chamar a verticalidade da comunicação, movendo-se dentro dos limites das condições objetivas que a horizontalidade lhe impõe, é capaz de estabelecer uma contradição. Entendemos aqui sob “contradição” os elementos que se apresentam como necessários para a sobrevivência de um sistema, e que este, portanto, necessariamente deve integrar, mas que implicam sua modificação, sua transformação e, inclusive, sua explosão a longo prazo.

A comunicação se move entre o impulso que lhe vem da sua verticalidade e os limites reais da horizontalidade. A tarefa da comunicação é reunir a realidade objetiva com o caráter subjetivo

da palavra. Sem esse compromisso a comunicação é impossível. É ele que faz da comunicação uma relação instável. De uma parte, no afã de tornar compreensível a mensagem, o compromisso da palavra com a linguagem socialmente institucionalizada pode chegar a ser total. Então a mensagem se ajusta exatamente às convenções da linguagem, resultando portadora da forma socialmente aceita; assim ela fica consciente ou inconscientemente atada à ideologia dominante do sistema. Essa comunicação é não-contraditória, pois limita-se a reproduzir o sistema estabelecido. De outra parte, é possível ensaiar uma comunicação que em nada se compromete, mantendo separadas a palavra e a linguagem socialmente institucionalizada; mas isso seria apenas uma negação da comunicação, por não resultar numa linguagem compreensível. Por esse motivo a comunicação criadora que pretendemos deveria acontecer necessariamente nas formas da linguagem que se nos apresenta como socialmente aceita, mas ela deve conter uma possibilidade não prevista, que seja ao mesmo tempo promessa e esperança. Isso é uma comunicação contraditória, em consequência da qual a ideologia dominante do sistema e a praxe sustentada por ela se vêem questionadas desde o seu próprio interior.

A comunicação totalmente horizontal, não-contraditória, se reduz à “técnica da comunicação”, pois apenas procura um manejo adequado da linguagem dada, ficando, assim, aprisionada no seu sistema. A comunicação comprometida e contraditória, no entanto, pode ser reconhecida como “arte da comunicação”, entendendo-se por “arte” a possibilidade de assinalar um “além” nas formas limitadas da realidade presente. A comunicação do Evangelho deve ser forçosamente desta última categoria, porque a sua missão é mostrar a relevância de uma realidade que constantemente está questionando e pondo em crise a realidade dada para remi-la e transformá-la.

Essa mensagem contraditória é criadora, porque, mesmo instalando-se dentro do sistema, o questiona e, no processo de assimilação pelo sistema, o próprio sistema interioriza a contradição. O ceticismo com respeito às possibilidades reais dessa comunicação criadora deve-se principalmente à impossibilidade de compreendermos o referido processo das contradições internas. Há quem negue toda possibilidade para essa comunicação, por julgar que todos os sistemas são fechados e monolíticos. Nesse caso não importaria o novo que se pretende comunicar, pois o que realmente se comunica já estaria de alguma maneira cristalizado na linguagem socialmente instituída. Não importaria então o sentido que se queira dar às palavras, não chegando estas a encerrar, para o receptor, outro sentido senão aquele que a ideologia dominante do sistema conseguiu imprimir-lhe. Não haveria, por conseguinte, nenhuma possibilidade de mudança dentro do sistema, senão pela influência de outro sistema alheio ao primeiro, que introduzisse uma contradição de fora. Esse tipo de pensamento determinista esquece que a palavra não é somente verbalismo, mas fundamentalmente ação,

e que, ao realizar-se a ação que sustenta a palavra, aquela lhe confere um sentido diferente. Aplicando, com as devidas reservas, o conceito de estrutura aplicável aos sistemas orgânicos, podemos compreender o processo pelo qual a contradição exige ao organismo uma modificação para manter o seu equilíbrio interno. E esse mesmo mecanismo de redução de contradições ou tensões é o motor da aprendizagem no ser humano.

Tratemos agora de aplicar este modelo à hermenêutica do Novo Testamento em duas questões: a escravatura e a autoridade do império romano. Nos escritos paulinos encontramos duas passagens paralelas que resumem a atitude do cristão frente às relações pessoais em áreas conflitivas, incluindo o problema do relacionamento entre senhores e escravos. Essas passagens são Ef 5, 21 - 6, 9 e Cl 3, 18 - 4, 1. Ambas as passagens correspondem à época em que havia começado a desatar-se um conflito com o império. Elas atestam uma situação que, sem atingir ainda a manifesta contradição que revela o livro do Apocalipse, já manifestava tais contradições, e que val além da aparente conformidade com o império que reflete a passagem Rm 13.

Paulo ainda não faz uma negação ideal do sistema escravagista. O escravo continua sendo escravo. Mas ele introduz no sistema uma contradição. A negação do sistema se realiza aparentemente numa região supra-estrutural, a mensagem religiosa, mas ela vai se concretizar numa ação que atinge a infra-estrutura do sistema escravagista e que ali encontra o seu sentido (porque a palavra sem ação é um sem-sentido). Realiza-se assim um processo de desbloqueio da ideologia dominante. Por certo, não há consciência das causas reais da escravatura, nem se efetua a mudança radical da situação que esperaríamos. Mas aquela consciência nem mesmo existia nos escravos, e as condições para uma mudança radical se demorariam ainda alguns séculos. Estamos aqui perante processos assíncronicos. A mudança de atitude é geralmente anterior à mudança das condições reais para a mudança. Paulo introduz uma mudança de relacionamento, quando ainda não há possibilidade para uma mudança do sistema.

A mensagem de Paulo modifica as expectativas de relacionamento entre o senhor e o escravo e, ao exigir uma ação conseqüente, ele antecipa um novo modo de relacionamento, que se tornará efetivo na medida em que se derem as condições históricas. Aqui verificamos um processo de desbloqueio ideológico que introduz uma promessa e uma esperança, processo que, antecipando-se aos fatos, provoca uma real contradição.

Todavia cabe perguntar se esta mudança no sistema não afirma o sistema mais do que o modifica? De certo modo sim, porque toda contradição está necessariamente instalada dentro do sistema que ela contradiz. E todo sistema tende a assimilar as suas partes. Mas o caráter da contradição se evidencia quando chega o momento em que o sistema já não pode assimilar suas contradições e estoura. Tomemos como exemplo o sindicalismo

reivindicacionista (ou "reformista", se preferirmos chamá-lo assim); este procura apenas "melhoras" dentro do sistema, mas quando o sistema não pode mais satisfazê-las, as lutas reivindicacionistas dão lugar às revoluções operárias. Isso porque as reclamações mais radicais dos operários se chocam com os interesses do sistema. Da mesma maneira acontece que o escravo, que reclama um novo relacionamento de amor e justiça sem negar conscientemente a escravatura, a está negando de fato, por serem amor e fraternidade elementos estranhos ao sistema escravagista. A sua demanda poderá ser satisfeita à metade, mas estourará quando as condições objetivas já não puderem satisfazer adequadamente as expectativas subjetivas. Assim as condições objetivas são forçadas por estas, a não ser que aceitemos um mecanismo determinista.

Para vermos como essa nova concepção do cristianismo nega a ideologia escravagista, basta compará-la com os sistemas ideológicos (filosofias) da sua época (cf. Platão e Aristóteles) e com as formas contemporâneas de religião. Que o império entendeu bem isso, fica provado pelo fato de que não tratou o cristianismo como uma religião; a sua natureza contraditória tornou-o inassimilável.

No que diz respeito à autoridade do império, ocupar-nos-emos brevemente com a passagem Rm 13, 1-7, onde encontramos uma aceitação da autoridade do império da parte de Paulo. Aplicando os mesmos critérios hermenêuticos que já aplicamos às passagens sobre a escravatura, podemos entender esta passagem como resultado do inevitável compromisso histórico na comunicação do Evangelho. O interesse de Paulo tem um evidente propósito missionário: a expansão do Evangelho no mundo romano, e a este propósito todos os demais elementos ficam subordinados. Mas ao aceitar a autoridade do império, dentro de cujos limites se move, Paulo introduz um elemento que a questiona, submetendo a autoridade do imperador à autoridade de Deus. Este é um elemento contraditório dentro de um sistema que estabelecia a divindade do imperador. Paulo concretiza um verdadeiro desbloqueio ideológico, tirando ao sistema imperial a sua justificação religiosa e negando que o imperador seja Deus. O Império não poderá tolerar essa contradição e procurará eliminá-la ou assimilá-la, provocando de qualquer maneira uma modificação dentro do seu próprio sistema.

A pregação do Evangelho hoje em dia se encontra perante o mesmo dilema: entre o seu inevitável engajamento histórico e a sua missão de estabelecer uma promessa e esperança que redima e transforme a história. Não podemos ter uma mensagem engajada, se a nossa existência não for historicamente engajada. Não importa que queiramos falar a língua do povo, se a nossa própria história não está engajada com a história do povo. E por outra parte é impossível pretendermos comunicar com a nossa esperança uma promessa e uma esperança, se a nossa praxis não se antecipa a elas. Porque a palavra, para ser efetiva, tem que se concretizar na ação. A comunicação do Evangelho, por sua própria natureza, deve ser contraditória e daí criadora.